

Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Previ, fundo de pensão do BB, registra déficit de R\$ 17,6 bi em 2024 2

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contas de União, estados, municípios e estatais fecham janeiro com superávit de R\$ 104 bilhões 4

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como declarar o Imposto de Renda 2025? Veja passo a passo como preencher a declaração 5

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

É hora de acabar com o Perse (Editorial) 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Camex aprova isenção do Imposto de Importação para 9 alimentos 10

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump exige que UE desista de tarifa sobre uísque dos EUA 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com dívida pública em alta, Selic vai subir mais, dizem ex-diretores do BC 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Em um ano, cada ponto na Selic tem impacto de R\$ 48 bi na dívida pública 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas veem riscos com Trump e juros altos 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Gleisi anuncia projeto que muda isenção do IR 20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasil negocia cotas para driblar tarifas de Trump (Editorial) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

O que Trump significa para a AL e a África (Artigo) 23

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Motta e Alcolumbre vão selar volta do rito das MPs 25

Previ, fundo de pensão do BB, registra déficit de R\$ 17,6 bi em 2024

A Previ, fundação de **previdência complementar** dos funcionários do Banco do Brasil (BB), a maior do país, registrou em 2024 um déficit de R\$ 17,6 bilhões, revertendo o superávit de R\$ 9,8 bilhões registrado no exercício de 2023, por causa da desvalorização de parte dos ativos nos quais investe no mercado financeiro. Os dados, divulgados ontem, referem-se ao Plano 1, o maior da fundação.

O resultado não pode ser equiparado a prejuízo, nem significa que os fundos administrados pela fundação ficaram sem recursos para fazer o pagamento de aposentadorias e pensões, mas ocorre no momento em que o Tribunal de Contas da União (TCU) faz uma auditoria na gestão da Previ.

O rombo ocorreu no resultado do "equilíbrio técnico", cálculo que leva em conta estimativas de gastos futuros com as aposentadorias e pensões, além do valor e do retorno dos investimentos.

A conta pode ser feita tanto em uma ótica anual quanto considerando o desempenho de todos os investimentos, acumulados ao longo do tempo. Por essa segunda ótica, o déficit acumulado no encerramento de 2024 ficou em R\$ 3,2 bilhões, ante um superávit acumulado de R\$ 14,5 bilhões em dezembro de 2023.

É DÉFICIT, NÃO É ROMBO"

Segundo a diretoria da Previ, o resultado foi impactado pelo tombo nas cotações de ações e salto nos juros futuros, especialmente em dezembro, mas os efeitos do clima de crise no mercado financeiro são "conjunturais". Tanto que um cenário mais positivo já no início deste ano levou o resultado isolado de janeiro a um superávit de R\$ 1,3 bilhão, informou a entidade.

- Estamos superconfortáveis com o que está acontecendo. Sabemos que é uma questão conjuntural e que nosso portfólio tem muita qualidade, para continuar entregando rentabilidade e nos ajudando a pagar as aposentadorias -afirmou Cláudio Gonçalves, diretor de Investimentos da Previ.

Ele ressaltou que parte do efeito negativo sobre a rentabilidade dos investimentos da Previ em 2024 se deveu a regras de prudência, como as que obrigam a fazer a chamada "marcação a

mercado" de cerca de 15% da carteira de renda fixa, formada, principalmente, por títulos públicos.

Na prática, quando investe em títulos do governo, a Previ fica com os títulos até o vencimento, ou seja, não realiza eventual prejuízo por causa de oscilações nas taxas de juros futuros. Mas, por causa da regra de prudência, ela tem de incorporar nos resultados o efeito teórico da venda desses títulos antes do vencimento.

O presidente da entidade, João Fukunaga, ressaltou que o resultado de 2024 foi marcado também pelo pagamento recorde de R\$ 16,4 bilhões em benefícios. Por isso, ressaltou que não é correto falar em "prejuízo ou rombo".

- É déficit, não é prejuízo, não é rombo -afirmou Fukunaga. - Temos reservas, temos solidez, temos segurança para continuar pagando os benefícios, numa gestão ativa dos investimentos.

EQUACIONAMENTO

Embora o resultado do equilíbrio técnico não signifique prejuízo no presente, ele é acompanhado com lupa pela Previc, órgão regulador do setor de **previdência complementar**.

Pelas regras vigentes, depois de três anos seguidos de determinado nível de déficit -que varia conforme a contabilidade de cada plano de previdência -, o administrador do fundo de pensão é obrigado a apresentar um "plano de equacionamento".

No caso do Plano 1 da Previ, o nível de déficit acumulado que enseja o plano de equacionamento é de R\$ 18,8 bilhões, "muito longe" dos R\$ 3,2 bilhões do fechamento de 2024, lembrou Fukunaga.

Frequentemente, um plano de equacionamento implica cortes de benefícios ou cobranças adicionais dos participantes e empresas patrocinadoras, com efeitos imediatos.

Com problemas de má gestão e ingerência político-partidária, as fundações de previdência das empresas estatais têm um histórico de planos de equacionamento, embora a Previ seja, geralmente,

citada como exemplo de boa governança.

Em 2016, a Operação Greenfield, da Polícia Federal (PF), apontou perdas de ao menos R\$ 8 bilhões com supostas irregularidades nas fundações das estatais, em muitos casos relacionadas à Operação Lava-Jato. A investigação foi encerrada em 2020 sem conclusão, após denúncias de abuso de autoridade, mas gerou ações em curso na Justiça Federal.

PREVI CRITICA 'ILAÇÕES'

Mais recentemente, o resultado da Previ serviu de argumento para a fundação do BB entrar na mira do TCU. O ministro Walton Alencar Rodrigues, relator de um processo sobre a governança da fundação no órgão de controle, citou o déficit para cobrar urgência numa auditoria sobre as contas da entidade.

A Previ tem rebatido os argumentos de Alencar. Após uma manifestação do ministro em sessão do plenário do TCU em fevereiro, a fundação negou desequilíbrios em seus fundos e repudiou o que chamou de "ilações de falhas na gestão".

Ao apresentar os resultados de 2024, Fukunaga ressaltou que a governança da Previ tem sido "diligente", reconhecida como exemplo no setor, tanto em manifestações anteriores do TCU quanto em processos de comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

-Não há qualquer rombo na Previ. O que há é uma oscilação negativa, no ano, decorrente do movimento normal do mercado. Além das ações da Vale, o Ibovespa ficou com rentabilidade negativa de mais de 10% no ano -afirmou Paula Goto, diretora de Planejamento da entidade, citando ainda a alta nos juros futuros e da **inflação**. - Não há qualquer movimentação atípica que justifique o termo rombo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Contas de União, estados, municípios e estatais fecham janeiro com superávit de R\$ 104 bilhões

As contas de União, estados, municípios e estatais fecharam o mês de janeiro com um superávit de R\$ 104,1 bilhões (ou 10,83% do **PIB**), informou nesta sexta-feira o Banco Central. O superávit ocorre quando as receitas do governo são maiores que as despesas.

No mesmo período do ano anterior o superávit foi de R\$ 102,1 bilhão (11,49% do **PIB**).

Agora, em janeiro deste ano, o governo federal ficou com as contas no azul em R\$ 83,1 bilhões, enquanto estados e municípios tiveram superávit de R\$ 22 bilhões. Já a estatais (com exceção da Petrobras e de bancos públicos), um déficit de R\$ 1 bilhão.

Em doze meses, o setor público consolidado obteve déficit de R\$ 45,6 bilhões, equivalente a 0,38% do **PIB**.

O resultado positivo do ano foi puxado por uma receita em alta, que subiu cerca de 3,5%, embora os dados finais não tenham sido divulgados por conta da greve dos auditores do Fisco.

No início do ano, o governo também tem gastado menos, por conta da não aprovação do Orçamento federal de 2025 agora agora, o que limita as despesas.

O resultado primário considera despesas e receitas sem levar em conta os gastos com rolagem da dívida pública. Quando se incorpora o pagamento dos juros, o superávit no mês passado cai para R\$ 63,7 bilhões.

A dívida bruta do país - que compreende governo federal, **INSS** e governos estaduais e municipais - atingiu 75,3% do **PIB** (R\$ 8,9 trilhões) em janeiro de 2025, redução de 0,8 p.p. em relação ao mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, dos resgates líquidos de dívida, da variação do **PIB** nominal e do efeito da valorização cambial.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/14/contas-de-uniao-estados-municipios-e-estatais-fecham-janeiro-com-superavit-de-r-104-bilhoes.ghtml>

Como declarar o Imposto de Renda 2025? Veja passo a passo como preencher a declaração

Paulo Renato Nepomuceno

A **Receita Federal** liberou ontem o programa para o contribuinte realizar a declaração do Imposto de Renda 2025 , ano-calendário 2024. O prazo para entrega começa na próxima segunda-feira, dia 17, e vai até 30 de maio.

O GLOBO preparou um manual completo para o contribuinte preencher a declaração. Confira abaixo o passo a passo das seções e o que incluir em cada uma das abas.

A principal mudança em relação ao ano passado é o limite de rendimento a partir do qual a prestação de contas torna-se obrigatória: ele subiu para R\$ 33.888 anuais, incluindo salário, aposentadoria e pensão , recebimento de aluguel, entre outros. No ano passado, o limite era de R\$ 30.639,90.

O teto de isenção de IR também mudou para R\$ 2.824, já considerando o desconto automático na fonte de R\$ 564,80 criado pelo governo para isentar quem ganha até dois salários mínimos.

Há ainda mudanças na ordem de prioridade para receber a restituição e na data em que a declaração pré-preenchida completa estará liberada. Desta vez, será em 1º de abril e não no primeiro dia de entrega da declaração , como era usualmente.

A expectativa da Receita é receber 46,2 milhões de declarações, com expectativa de restituição para 45% delas.

Se você ainda não baixou o programa, é bem simples. No computador, basta acessar o site da **Receita Federal** por meio deste link .

Após entrar no portal, role para baixo e clique no menu "Imposto de Renda"

Em seguida, você acessará a página "Meu Imposto de Renda". Clique em "Fazer minha declaração":

Após clicar, você acessará uma página de resumo da declaração. Clique em iniciar.

Você será redirecionado à página de download do programa IRPF 2025. Nesta página, também é possível acessar o ambiente de declaração pelo próprio navegador. Para baixar o programa no seu computador, acesse a caixa à direita e clique na opção que se encaixa com o sistema operacional do seu aparelho.

Após baixar o programa, clique no arquivo para executá-lo. No Windows, clique três vezes em Avançar e aguarde o programa ser instalado.

Ao finalizar, abra o programa. A tela abaixo vai aparecer na tela:

Neste ano, a **Receita Federal** desativou o aplicativo Meu Imposto de Renda. Agora, o contribuinte pode preencher o IR 2025 por meio do aplicativo **Receita Federal** , disponível para Android e iOS.

Mas há restrições: quem obteve rendimentos através de aplicações de renda variável (como ações de empresas listadas) ou registrou atividade rural em 2024 não deve realizar a declaração pelo celular.

Quem teve ganho de capital com venda de um imóvel, por exemplo, também não deve usar esse aplicativo, pois as funções que tratam dessas questões não estão disponibilizadas no app.

Nos aparelhos com sistema operacional Android:

No sistema operacional do Google, vá até a PlayStore, busque por **Receita Federal** e baixe o aplicativo, como o da seguinte tela:

Nos aparelhos com sistema operacional iOS (Apple):

No sistema operacional dos aparelhos da Apple, vá até a AppStore, busque por **Receita Federal** e baixe o aplicativo, como o da seguinte tela:

Segundo a Receita, todas as funcionalidades do antigo aplicativo estarão disponíveis no novo **Receita Federal**, além de diversos outros serviços, como:

Caso essa seja sua primeira declaração, opte por iniciar uma declaração nova clicando em "Nova". A partir daí, clique em "Declaração de Ajuste Anual". Ao lado, escolha se deseja 1. iniciar uma declaração a partir da Pré-preenchida (que será totalmente disponibilizada a partir de 1º de abril); 2. iniciar importando dados da declaração de 2024 ou 3. Iniciar uma declaração em branco

Abrirá uma tela sobreposta, onde você vai informar seu CPF e nome completo. Os contribuintes que já declararam em 2023 podem importar os dados e apenas atualizá-los.

Depois de finalizar o download do programa e abri-lo em seu computador, é necessário escolher o tipo de declaração que se pretende realizar. Neste caso, mantenha selecionada a opção Declaração de Ajuste Anual .

Uma caixa informativa aparecerá na tela, informando que há um quadro comparativo no lado esquerdo da tela. Ele diz ao contribuinte qual é a melhor opção em relação ao desconto sobre as deduções. Clique em OK.

Nesta ficha, você deve inserir dados pessoais como seu nome, endereço, data de nascimento e profissão. O título de eleitor, anteriormente cobrado, não será necessário a partir deste ano.

Logo acima, é necessário dizer qual o tipo de declaração você está fazendo. Opte por Declaração de Ajuste Anual Original , caso esta seja a primeira vez que esteja preenchendo o programa do IR 2025. A opção Declaração Retificadora serve para você que já preencheu e enviou, mas deseja atualizar ou corrigir algum dado.

A próxima ficha é de Dependentes . Ela deve ser preenchida com os dados de cada dependente do contribuinte, como nome, CPF, e-mail, telefone e data de nascimento.

Quem pode ser dependente?

Para adicionar um dependente, basta selecionar a opção Novo , inserir as informações e finalizar clicando em Ok .

Inclua os dados dos dependentes em seguida:

É importante lembrar que existe um limite de dedução por dependente de R\$ 2.275,08 .

A ficha seguinte é a Alimentandos , que diz respeito aos beneficiários de pensão alimentícia judicial ou decidida num acordo feito por escritura pública. Nesta

aba, é preciso adicionar as informações do Alimentando, com o CPF do beneficiário passando a ser obrigatório.

Se for o caso, insira os dados do(s) alimentado(s). Você também pode incluir dados sobre a escritura pública ou decisão judicial que culminou na pensão.

Nesta aba é preciso incluir rendimentos como salários e aposentadoria. Caso tenha mais de uma fonte pagadora, você deve preencher uma ficha diferente para cada uma, clicando em Novo , no canto inferior direito da tela.

É nesta ficha, na aba Titular , que você deve informar os valores que constam no informe de rendimentos entregue pela empresa. Caso não tenha recebido, é possível solicitar ao RH ou consultá-los no Portal e-CAC. Para os aposentados, o documento pode ser obtido por meio do aplicativo Meu **INSS** .

Os rendimentos de dependentes, caso existam, também precisam ser inclusos, mas na aba Dependentes .

Após preencher todos os dados, clique em Ok .

Nesta aba, é possível incluir: os rendimentos de profissionais autônomos, aluguéis, lucro no comércio ou na indústria em atividade não habitual, juros em empréstimos para pessoas físicas e em venda a prazo e atividades no exterior.

Para adicionar uma nova ficha, basta clicar em Novo .

Caso estes valores ultrapassem o teto de isenção, de R\$ 2.259,20 mensais, é preciso preencher o Carnê-Leão do ano passado, pagar os **impostos** devidos (se ainda não tiverem sido quitados) e importar estes dados por meio da opção Importar do Carnê-Leão .

Os ganhos no exterior também devem ser declarados aqui. Os rendimentos devem ser convertidos em dólar americano, de acordo com o câmbio da data do recebimento e, depois, em reais.

Os rendimentos categorizados como isentos, tanto de pessoa física como jurídica, são adicionados a esta ficha. Bolsas de estudos, dividendos, indenizações e heranças, pensão alimentícia recebida e rendimento da caderneta de poupança são alguns dos exemplos.

Todos os outros rendimentos isentos e não tributáveis estão listados na aba Totais .

Para adicionar uma ficha basta selecionar Novo , lembrando que cada fonte deve ser informada em um formulário separado.

Na aba seguinte, escolha o tipo de rendimento isento que deseja prestar. Nesta aba, os motoristas por aplicativo e taxistas podem inserir 40% dos rendimentos auferidos em 2024, pois não incide IR sobre essa parcela do faturamento.

Os rendimentos com retenção na fonte, como rendimentos de fundos de investimento, títulos públicos e CDBs, devem ser incluídos nesta ficha. Os juros sobre capital próprio, participação em lucros ou resultados e o 13º salário também são exemplos de rendimentos a serem adicionados.

Alguns dos valores a serem incluídos nesta aba podem ser importados de outras previamente preenchidas, como no caso do 13º salário.

Esta ficha deve ser utilizada pelos declarantes que possuem alguma cobrança de imposto questionada na Justiça, ou seja, quando os **tributos** existem, mas ainda não pode ser cobrados. Se este não é seu caso, não é necessário preencher esta aba.

Mas, se você tiver algum questionamento sobre isso em processo, clique em "Novo". Devem ser incluídos o CPF ou CNPJ e o nome da fonte pagadora, o valor dos rendimentos tributáveis com exigibilidade suspensa e os depósitos judiciais de imposto.

Nesta ficha é possível informar os rendimentos que foram recebidos de uma só vez no ano passado, mesmo que diga respeito a valores que deveriam ter sido pagos em anos anteriores, como aquele recurso obtido através de ações trabalhistas e rendimentos de aposentadoria acumulados e pagos de uma vez.

É nesta ficha que devem ser informadas as despesas dedutíveis do IR 2025. Clicando em Novo, no canto inferior direito, uma tela com os códigos de todos os serviços passíveis de abatimento no Imposto de Renda são listados.

Gastos com saúde - como consultas médicas, cirurgias, psicólogos e fonoaudiólogos - e educação são alguns dos exemplos mais comuns de gastos dedutíveis.

É preciso adicionar o nome e o CPF do profissional ou CNPJ da empresa que prestou o serviço.

É possível, ainda, importar esses dados de arquivo de informe enviado pelo seu plano de saúde. É necessário ter o arquivo no seu computador para anexá-lo à declaração.

Outra despesa que deve ser inserida é a de pensão alimentícia, que passou a ser isenta em 2023. É

importante ressaltar que são válidos apenas os valores determinados por ordem judicial. Os pagamentos efetuados por acordo informal ficam de fora.

Para quem realizou doações no ano passado, é possível adicionar os valores na aba Doações Efetuadas. Dentro da ficha, o programa apresenta as diversas opções que podem ser utilizadas para dedução de **impostos**, como incentivos à cultura, esportiva, ao incentivo audiovisual, ao ECA e ao Projeto Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

A transferência de bens e direitos para terceiros - como doação de imóvel ou carro para um filho - também deve ser incluída nesta parte do programa. Neste caso, é necessário incluir o CPF de quem recebe a doação, no caso de Doações em Espécie ou Doações em bens e direitos. Se a doação for para uma instituição, é necessário colocar o CNPJ. Também é preciso inserir o valor pago e o nome do donatário ou instituição.

A aba Doações Diretamente na Declaração permite que parte do imposto devido seja destinada para fundos sociais, como o Fundo da Criança e do Adolescente ou o Fundo do Idoso, na hora do preenchimento e envio da declaração.

Para realizar a contribuição solidária, é possível destinar até 3% do valor do imposto devido a cada um dos fundos de sua escolha, que pode ser nacional, de um estado específico ou de um município (não necessariamente aquele onde você reside).

Ao enviar a declaração, será gerado um Darf, que deverá ser pago em uma agência bancária ou pela internet até o último dia de entrega da declaração, em 30 de maio.

Todos os bens que compõem o seu patrimônio devem ser informados nesta aba. Imóveis, veículos, embarcações e aeronaves precisam ser declarados independentemente do valor.

Outros bens móveis e direitos só precisam ser declarados se valerem R\$ 5.000 ou mais. Outros bens e direitos que devem ser declarados são:

Vale lembrar que não será possível atualizar o valor de um imóvel com o preço de mercado, devendo ser mantido o valor da compra. Caso tenha feito uma reforma, a despesa deve ser somada como um evento específico de valorização.

Também segue como obrigatória a especificação de criptoativos - como Bitcoin e Ethereum -, além de ser necessário informar investimentos no exterior.

Caso tenha registrado lucros com a venda de um bem, haverá incidência de imposto sobre o ganho de capital. Para registrar este lucro, clique, à esquerda, na aba Ganhos de capital e depois em Bens imóveis, Direitos/Bens móveis e Participações societárias.

O preenchimento dos dados é feito exclusivamente por meio da importação dos dados de outro programa, o GCAP.

Produtores rurais podem preencher a ficha em Atividade Rural ou importar as informações do programa AR, localizado no Programa Livro Caixa da Atividade Rural, que está disponível neste link.

Agora, a cobrança de **impostos** por eventuais rendimentos através de investimentos no exterior é realizada anualmente, sem a necessidade do carnê-Leão, através da declaração. A alíquota é única, em 15%. Através do programa, o contribuinte vai detalhar o quanto se pagou de imposto no exterior e o rendimento por cada uma das aplicações. A partir daí, o próprio programa vai calcular o valor devido de **tributos** para quitar no Brasil.

A ficha Espólio é preenchida com os dados do inventariante do contribuinte que morreu. Todo espólio em andamento deve ser declarado à **Receita Federal** e só passa a não ser necessário ao fim do processo de partilha de bens. As regras são as mesmas aplicadas para quem está vivo quanto aos limites para isenção e posse de bens.

Ao final do preenchimento de todas as abas da declaração, o contribuinte pode optar pela declaração simplificada ou pela completa.

Na declaração completa, é possível deduzir todas as despesas que o declarante teve no ano passado, enquanto na simplificada esse valor é limitado a 20% dos rendimentos tributáveis ou R\$ 16.754,34.

Caso o declarante tenha dúvidas sobre a escolha, o próprio programa, na parte inferior esquerda, qual das duas é mais vantajosa, seja em maior dedução ou que ofereça maior restituição.

Os leitores podem enviar suas dúvidas para o e-mail ir@oglobo.com.br. Dentro do possível, elas serão esclarecidas nas matérias publicadas no ambiente especial sobre o Imposto de Renda (oglobo.globo.com/economia/imposto-de-renda). O sócio de **impostos** da consultoria EY, Antonio Gil, também vai tirar dúvidas em vídeos publicados na página do GLOBO no YouTube (youtube.com/jornaloglobo).

É hora de acabar com o Perse (Editorial)

Surpreendendo rigorosamente ninguém, os recursos que haviam sido reservados para ajudar os setores afetados pela pandemia de covid-19 se esgotaram em um piscar de olhos. O limite estipulado pelo governo para socorrer o setor de eventos, de R\$ 15 bilhões, será atingido já no mês de março, segundo o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, o que implica - ou implicaria - a extinção do programa no mês seguinte.

O ceticismo deste jornal em relação ao fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) se deve unicamente ao histórico do mundo político. Parafraseando o economista conservador norte-americano Milton Friedman, nada é tão permanente quanto um programa temporário de governo - algo que cabe muito bem ao Perse, diriam experientes **servidores públicos** de Brasília.

Criado pelo Congresso em 2021, à revelia do governo Jair Bolsonaro, que inclusive vetou a proposta e teve o veto derrubado, o programa visava, corretamente, a ajudar um dos segmentos mais prejudicados pelas consequências econômicas da covid-19. O isolamento social, sobretudo nos primeiros meses da pandemia, foi a principal estratégia adotada para impedir a proliferação do vírus, o que fez com que shows e peças de teatro tivessem de ser cancelados, cinemas fossem fechados e hotéis e restaurantes ficassem às moscas.

A covid-19 continua a fazer vítimas pelo Brasil afora, mas não é minimamente razoável afirmar que o setor ainda precisa de auxílio neste momento.

Nem é preciso frequentar os locais mencionados para conferir. Basta observar o comportamento dos serviços, medido em indicadores econômicos como Produto Interno Bruto (**PIB**), **inflação**, geração de empregos e massa salarial, para ter a certeza de que o setor vai bem.

Já faz algum tempo que fatos e dados, no entanto, não têm servido de nada para o Congresso. Quando o governo Lula da Silva tentou acabar com o programa no ano passado, o Legislativo bateu o pé até conseguir que ele fosse prorrogado. Pelo acordo, o Perse continuaria em vigor até que os subsídios, apurados a partir de abril do ano passado, atingissem a marca de R\$ 15 bilhões.

Diante do histórico do uso dos recursos, a equipe econômica estimava que o dinheiro acabaria em

junho. Mas deputados e senadores, com base na mais pura fé, esperavam que durasse até 2027. O que ocorreu, no entanto, foi uma corrida em busca de benefícios em dezembro, quando R\$ 4 bilhões em subsídios foram concedidos a empresas dos mais diversos segmentos.

O movimento era até natural, afinal, os empresários perceberam que o teto estabelecido pelo governo seria rapidamente alcançado e preferiram aproveitar a festa antes que acabasse. Segundo a **Receita Federal**, o gasto tributário deve chegar a algo entre R\$ 15,6 bilhões e R\$ 17 bilhões até o fim de março. Em quaisquer dos cenários, o programa deverá ser extinto no próximo mês, mas o Congresso, evidentemente, não gostou de saber da novidade.

Autor do projeto que criou o Perse, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) cobrou sensibilidade do governo e uma transição para que o setor possa se adaptar ao término do benefício. Na avaliação dele, ele não pode ser encerrado "da noite para o dia". Já a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) questionou a razão pela qual uma empresa de aplicativo de entrega de restaurantes foi a que mais usufruiu de recursos do Perse.

"Entrega de comida em casa virou evento?", perguntou a deputada, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento.

Eis por que Executivo e Legislativo deveriam ter prudência ao propor qualquer subsídio. A depender da forma como o projeto é elaborado, o programa pode vir a alcançar um público bem maior do que se esperava, inclusive artistas e influenciadores digitais, como o Estadão já demonstrou.

E independentemente do valor e do prazo da benesse, uma vez que ela foi criada, o setor beneficiado lutará com unhas e dentes para mantê-la, mesmo que não dependa mais dela para sobreviver. Agora é tarde para o Congresso reclamar - ou não, a depender da briga que estiver disposto a comprar com o governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Camex aprova isenção do Imposto de Importação para 9 alimentos

AMANDA PUPO BRASÍLIA

Em reunião realizada ontem, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou a redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação de uma série de alimentos, como carnes, açúcar e café, numa tentativa de barrar a alta de preços no varejo. A medida havia sido anunciada na sexta-feira passada, mas ainda precisava ser oficializada pelo órgão, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Responsável pela pasta e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin afirmou que o governo federal pode deixar de arrecadar até R\$ 650 milhões se a zeragem da alíquota for mantida por pelo menos um ano. "O que a gente espera é que vai ser mais transitório; então, será menor", disse.

O ministro, contudo, admitiu que não há prazo preestabelecido para as novas alíquotas permanecerem em vigor. Segundo ele, será pelo tempo necessário para estimular a redução de preços. "Por quanto tempo for necessário para a gente estimular a redução de preço, diminuir o preço da comida, reduzir o imposto, ajudar a população", respondeu.

A **inflação** dos alimentos tem sido vista como o principal fator para a queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lida hoje com o menor patamar de aprovação de seus três mandatos.

Em 2024, o grupo Alimentação e Bebidas registrou alta de 7,69%, ante uma **inflação** geral (IPCA) de 4,83%. Em fevereiro passado, produtos como ovos de galinha e café registraram reajustes superiores a dois dígitos. O governo espera que o início da nova safra agrícola possa aumentar a oferta de produtos e, assim, derrubar os preços.

OUTRAS MEDIDAS. Além da redução das alíquotas de importação, o governo disse que dará prioridade para produtos da cesta básica no financiamento do Plano Safra e que pretende fortalecer os estoques reguladores da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Já o Ministério da Agricultura vai acelerar a análise de questões fitossanitárias em

relação a outros países que comercializam com o Brasil. No dia do anúncio do pacote, Alckmin negou que tenham sido discutidas medidas para controlar as exportações de alimentos.

Questionado sobre a resistência dos Estados para a redução também do ICMS incidente sobre os produtos da cesta básica - um apelo feito pelo governo federal -, Alckmin respondeu que "o governo não vai obrigar, não vai impor através de lei, mas é uma medida que ajuda". "Não é que seja para reduzir tudo; mas, de repente, você pode reduzir o do ovo, de um tipo de carne. Então, cada um vai vendo o que pode fazer, mas ajuda. Tanto é uma medida correta que foi aprovada na **reforma tributária** por unanimidade: não tributar a cesta básica." Levantamento do Estadão/Broadcast mostrou que pelo menos 14 Estados já adotam alíquotas diferenciadas para esses produtos e apenas um (o Piauí, comandado por Rafael Fonteles, do PT) implementará a medida após o pedido do governo.

**

LISTA DE COMPRAS

Os produtos que terão alíquota zerada

I Carnes desossadas de bovinos (congeladas)

Alíquota caiu de 10,8% para zero

I Café torrado e em grão

Reduzida de 9% para zero

I Milho em grão

De 7,2%, alíquota passou para zero

I Massas alimentícias

Redução de 14,4% para zero

I Bolachas e biscoitos

Alíquota foi reduzida de 16,2% para zero

I Azeite de oliva

Alíquota passou de 9% para zero

I Óleo de girassol

Reduzida de 9% para zero

I Açúcar

De 14,4% para zero

I Preparações e conservas de sardinhas

Alíquota caiu de 32% para zero, considerando uma cota de 7,5 toneladas

I Óleo de palma

Por decisão da Camex, cota com Imposto de Importação zero foi ampliada de 60 mil para 150 mil toneladas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump exige que UE desista de tarifa sobre uísque dos EUA

Aime Williams, Madeleine Speed e Andy Bounds
Financial Times, de Washington, Londres e Bruxelas

O presidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou ontem adotar uma tarifa retaliatória de 200% sobre importações de bebidas alcoólicas da União Europeia (UE) se o bloco impuser um imposto sobre o uísque dos EUA - em meio a escalada de uma guerra comercial.

Em um post de ontem na sua plataforma Truth Social, Trump explicou que sua medida era uma resposta à decisão da UE de impor uma tarifa "maldosa" de 50% sobre o uísque americano.

"Se esta tarifa não for removida imediatamente, os EUA imporão rapidamente uma tarifa de 200% sobre todos os VINHOS, CHAMPANHES E PRODUTOS ALCOÓLICOS QUE VÊM DA FRANÇA E DE OUTROS PAÍSES REPRESENTADOS PELA UE. Isso será ótimo para as empresas de vinho e champanhe nos EUA", escreveu ele.

A UE tinha anunciado na véspera que aplicaria tarifas de até 50% sobre o uísque americano a partir de 1- de abril, em retaliação à decisão de Washington de impor tarifas sobre as importações de aço e alumínio.

As tarifas sobre as exportações de bebidas alcoólicas da UE para os EUA seriam um duro golpe para um setor europeu de muito prestígio e prejudicariam algumas das maiores empresas da região, como a francesa LVMH, que produz os champanhes Dom Pérignon e Moët Chandon.

O preço das ações das empresas europeias de bebidas alcoólicas afundou depois da publicação do post de Trump. As da LVMH chegaram a cair 2,2%, as da Pernod Ri-card, 4,3%, e as da fabricante de cervejas Heineken, 1,2%.

O ministro do Comércio da França, Laurent Saint-Martin, acusou Trump de "redobrar a aposta na guerra comercial que ele resolveu desencadear" e acrescentou: "Não cederemos às ameaças e protegeremos nossos setores sempre."

Desde que tomou posse, em janeiro, Trump impôs uma série de tarifas cada vez maiores sobre produtos dos principais parceiros comerciais dos EUA. A

implementação caótica desses **impostos**, que foi marcada por várias reviravoltas repentinas, abalou empresas e os mercados financeiros.

Ontem, o Canadá apresentou uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas impostas pelos EUA sobre certos produtos de aço e alumínio, que entraram em vigor na quarta-feira. Mais tarde, Ottawa anunciou tarifas retaliatórias sobre produtos americanos no equivalente a quase US\$21 bilhões.

Bruxelas impôs tarifas de 25% sobre o uísque americano também durante o primeiro mandato de Tmp. De acordo com a associação representativa do setor Distil-led Spirits Council of the United States, as exportações de uísque americano para a UE despencaram 20%, para US\$ 440 milhões, entre 2018 e 2021, quando as tarifas foram suspensas. O valor das exportações de uísque para o bloco se recuperou desde então e chegou a US\$ 699 milhões no ano passado.

"Mais uma vez, as bebidas destiladas se tornam danos colaterais em uma disputa comercial que não tem relação com elas", disse Pauline Bastidon, diretora de assuntos comerciais e econômicos da associação representativa do setor SpiritsEurope. Ela acrescentou que o setor já se debate com a desaceleração das vendas nos EUA e na China.

"Pedimos ao presidente Tmp que garanta um acordo sobre bebidas destiladas com a UE para nos levar de volta às tarifas zero por zero", disse Chris Swonger, presidente do Distillecl Spirits Council.

Na Itália, que exportou quase 2 bilhões em vinhos para os EUA no ano passado, grupos do setor instaram a UE a chegar rapidamente a um acordo com o governo de Trump.

"Alguém precisa começar a mostrar algum bom senso e a Europa deve ser a primeira a fazê-lo", afirmou Luigi Pio Scordamaglia, diretor de relações internacionais da Coldiretti, associação representativa de produtores agrícolas.

Além de taxar o uísque americano, Bruxelas anunciou que aplicaria tarifas de até 50% sobre produtos dos EUA equivalentes a 28 bilhões de euros, entre eles

jeans e motocicletas Harley-Davidson.

Autoridades da UE disseram que escolheram como alvo, de forma deliberada, produtos feitos em Estados republicanos, em uma tentativa de aumentar a oposição às tarifas de Trump entre os parlamentares.

A Comissão Europeia não quis comentar o assunto.

Os efeitos da guerra tarifária também ameaçam causar uma inundação global de produtos que deixariam de ser exportados para os EUA a poderiam ser vendidos a preços mais baixos do que os de fabricantes locais. A tarifa de 25% sobre as importações de aço dos EUA, por exemplo, pode estimular Japão e Coréia do Sul a "desviar mais importações para a Índia", segundo nota da S P Global Ratings para investidores na semana passada. Em razão disso, a Índia estuda aplicar salvaguardas legais da OMC para defender seu mercado - o que resultaria em um ambiente comercial mais travado.

"Não cederemos às ameaças e protegeremos nossos setores"

L. Saint-Martin

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1§ion=1)**

Com dívida pública em alta, Selic vai subir mais, dizem ex-diretores do BC

SIMONE CAVALCANTI E GABRIELA JUCÁ

O aumento e o encarecimento da dívida brasileira têm reduzido a eficácia da política de juros do Banco Central (BC). Na prática, o atual cenário pode exigir um aumento ainda maior das taxas para conter a **inflação** se comparado ao panorama de dez anos atrás, dizem ex-diretores do BC.

À época, o juro nominal ficou estacionado por cerca de um ano e meio em 14,25% - mesmo patamar para qual o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC deve levar a Selic na sua próxima reunião, marcada para terça-feira e quarta-feira, conforme preveem todas as 44 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast.

"Estamos partindo de uma situação pior do que a do governo Dilma Rousseff, e o atual arcabouço fiscal não resolve esse problema. Pelo contrário, permite que a dívida continue crescendo", afirma Fabio Kanczuk, ex-diretor de Política Econômica do BC e chefe de macroeconomia do ASA.

O professor da FGV EPGE Sérgio Werlang, outro ex-diretor de Política Econômica, complementa: "Em 2015 e 2016, havia as pedaladas fiscais e um cenário político turbulento, mas a relação dívida/**PIB** não partia de um nível tão elevado nem apresentava trajetória ascendente como agora".

A dívida bruta terminou 2024 em 76,1% do **PIB**, alta de 12,7 pontos percentuais frente aos 63,4% do fim de 2014, segundo dados do BC. Em 2015, estava em 65,5% do **PIB**. Já em 2020, na pandemia, alcançou 86,94% do **PIB**, tendo chegado ao pico de 87,68% em outubro daquele mesmo ano. "O juro é alto no Brasil porque a dívida é alta, assim como o déficit é alto", afirma Reinaldo Le Grazie, ex-diretor de Política Monetária do BC e sócio da Panamby Capital.

Na ata da última reunião, o Copom afirmou que o potencial da política monetária é impactado por um conjunto de fatores que incluem as incertezas sobre a estabilização da dívida pública, o menor esforço pelas reformas estruturais e a disciplina fiscal.

SINAL AMARELO. O perfil do endividamento piorou ao longo da última década. O volume de Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos indexados à

variação da taxa Selic e apelidados de "papel das crises", tem crescido em detrimento de papéis com taxas prefixadas e atreladas à **inflação**.

Dados do Tesouro Nacional mostram que a parcela de prefixados recuou a 22% da dívida pública federal em dezembro passado, o menor patamar para o mês desde 2005, enquanto os remunerados por índices de preços encerraram o ano em 27%. Já a participação de LFTs chegou a 46,3% em dezembro de 2024, o maior nível desde 2005 para o mês.

Isso é mais do que o dobro dos 22,8% de 2015.

Pressão

Dívida bruta fechou 2024 em 76,1% do **PIB**, alta de 12,7 pontos percentuais em relação a 2014

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Em um ano, cada ponto na Selic tem impacto de R\$ 48 bi na dívida pública

SIMONE CAVALCANTI E GABRIELA JUCÁ

Cálculos mais recentes do Banco Central (BC) mostram que para cada ponto porcentual de variação da taxa Selic mantido por 12 meses há reflexo de 0,41 ponto na dívida bruta do governo federal, o que representava R\$ 48,6 bilhões em valores de janeiro.

Reinaldo Le Grazie, ex-diretor de Política Monetária do BC e sócio da Panamby Capital, ressalta que a dívida cada vez mais cara suscita dúvidas entre seus detentores sobre a capacidade de pagamento do governo. "A dívida está cara porque ela é muito alta e começa a haver dúvidas sobre o pagamento. Estamos nessa.

Dívida e inflação não é um bom caminho", diz.

Os juros mais elevados no exterior também entram na conta para a condução da política monetária, uma vez que as taxas internacionais afetam o chamado juro neutro doméstico, segundo Fabio Kanczuk, ex-diretor de Política Econômica do BC e chefe de macroeconomia do ASA.

Há dez anos, as chamadas Tips, títulos do Tesouro americano atrelados à inflação para o prazo de cinco anos, tinham retorno perto de zero, enquanto agora giram entre 1,7% e 2%. "Ficou bem mais difícil. Está todo mundo precisando de juros maiores. Isso é uma coisa que também faz o juro neutro ser maior. Além de o fiscal ser pior, o mundo todo está pedindo bem mais juros. Esse também é um fator pior agora", avalia Kanczuk.

REBOTE. Para o ex-diretores do BC se o governo não aprimorar suas políticas macroeconômicas, especialmente com relação ao controle dos gastos fiscais para conter a trajetória da dívida pública, a inflação tende a piorar antes de melhorar. Os ex-dirigentes da autarquia federal avaliam que quanto mais adverso for o cenário maior será a necessidade de um aperto monetário.

"O BC está se mostrando contracionista e deve continuar fazendo isso. Se o governo continuar gastando e não reverter a tendência fiscal, o juro vai ter de continuar subindo.

Vamos ter uma inflação mais alta e uma atividade

cada vez mais fraca. É um cenário complicado", diz Le Grazie, para quem é preciso cuidado com questão inflacionária que, no Brasil, tem potencial de revisitar dois dígitos.

"Eu, como analista, diria que a inflação este ano é de 6%. Não acho baixo. De 6% para 10% é um "tirinho", como foi de 2014 para 2015 (de 6,41% para 10,67%) e também de 2020 para 2021 (de 4,52% para 10,06%). Se escapar, a inflação vai fácil", ressalta Le Grazie.

"E, aí, o juro vai ter de combater essa inflação de 10%. Esse nível não sabemos qual será." Para Sérgio Werlang, professor da FGV EPGE e ex-diretor de Política Econômica do BC, a inflação não deve passar tão rapidamente para outro nível.

"Basta ver o tempo que a inflação brasileira ficou perto de 6% na época do Alexandre Tombini (presidente do BC na gestão de Dilma Rousseff)." No entanto, ele destaca que o quadro pode mudar se estivermos em um ambiente de dominância fiscal (quando a alta dos juros não faz efeito sobre a inflação). Simulação feita com dados de dezembro mostra que a inflação para esse cenário seria entre 7,5% e 8% ao ano. "Daí, para bater dois dígitos, de fato, seria um pulinho", afirma.

CREDIBILIDADE. Esse é um risco se a dinâmica da dívida bruta/ **PIB** seguir no ritmo atual, afirma Werlang, e não houver queda razoável do juro real.

"O real pode se desvalorizar muito com a desconfiança em relação à sustentabilidade da relação dívida/**PIB**", diz.

Já segundo Kanczuk, para gerar efeito de desaceleração e trazer a inflação pelo menos para próximo da meta, de 3%, seria necessário elevar a Selic até 18%. "Mas a impressão que dá é que o Banco Central vai até uns 15%", diz, explicando que o nível mais alto de juro seria necessário para domar as expectativas de inflação para 2028, que voltaram a subir. "Ninguém mais acredita que o BC vai entregar a meta", comenta.

Para Le Grazie, não é mais possível que inflação volte para 4%. "Se o BC subir o juro, se o governo aliviar o pé, nós estamos falando que a inflação de 2026 cai. Mas a deste ano vai ser 6%, não tem mais

jeito de ser abaixo disso. Então, a questão é que eu não duvido que o BC vá subir o juro. Mas subir para 18%, 20%, 25%?

Aonde vai parar?", diz o sócio da Panamby Capital, para quem o BC vai fazer o que for necessário com suas ferramentas para conter a inflação.

Werlang diz acreditar que o BC está aguardando a resposta do atual ciclo de alta dos juros sobre a atividade econômica. Se for verificado até a próxima reunião que a queda é maior do que se imaginava, a autarquia pode parar de elevar o juro e ficar um tempo vendo qual será o impacto disso na inflação.

"Se o governo continuar gastando e não reverter a tendência fiscal, o juro vai ter de continuar subindo"

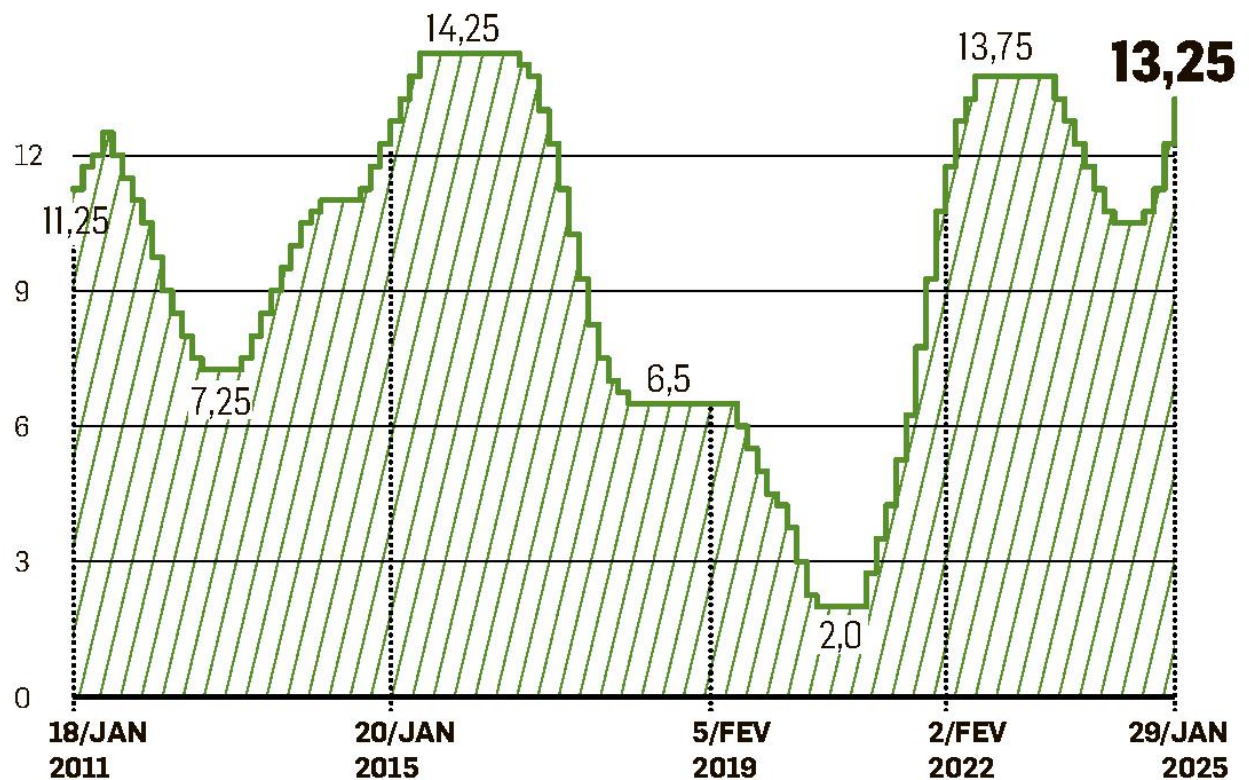
Reinaldo Le Grazie Ex-diretor de Política Monetária do BC e sócio da Panamby Capital

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SELIC

Taxa básica de juros deve subir um ponto neste mês

EM PORCENTAGEM AO ANO



Dilma



Dilma Temer



Bolsonaro



Lula

FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Economistas veem riscos com Trump e juros altos

CAROLINE ARAGAKI

A economia mundial caminha para uma desaceleração com prejuízos generalizados, e o Brasil não é uma exceção, provavelmente tendo perdas por conta da preocupação excessiva do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com relação ao aço. Além disso, o juro alto, a **inflação** resistente e o clima de disputa que já se desenha para as eleições de 2026 complicam o quadro no País. Essa foi a avaliação dos economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/ FGV) que participaram ontem de seminário de análise conjuntural, realizado pelo Ibre/FGV e pelo Estadão.

Para o chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, José Júlio Senna, a chance de que Trump alcance o objetivo de "fazer a América grande novamente", por meio da reconstrução da indústria americana, "é quase zero, mínima realmente".

"É até curioso, porque no mundo inteiro o segmento industrial destruiu empregos", disse, observando que a tributação "excepcional" sobre aço e alumínio vem do pensamento de uma frase do próprio Trump de que o "país que não tem aço não é país". Assim, o presidente quer produzir aço dentro dos EUA, "o que é uma visão estreita em uma situação que poderia ser resolvida de outra maneira".

"**INFLAÇÃO RESISTENTE**". Ao mesmo tempo, no Brasil o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostra uma **inflação** "super-resistente", observou Armando Castelar, pesquisador associado do Ibre/FGV, o que indica um "momento desafiante para a política econômica".

Contudo, acrescentou, os objetivos políticos estão vindo na contramão do que a gestão de uma política econômica recomendaria, avalia Castelar.

"Há um processo de desaceleração que até certo ponto surpreendeu.

Os primeiros dados que estamos vendo, **PIB** (Produto Interno Bruto), indústria, serviços, estão vindo relativamente fracos. E, não obstante, a **inflação** segue bastante alta. É verdade que fevereiro foi influenciado por dados de Itaipu, mas nos últimos 12 meses você vê uma **inflação** resistente", disse,

observando que isso agrava o delicado quadro fiscal do País. "A própria ministra do Planejamento (Simone Tebet) disse esta semana que o arcabouço não é sustentável daqui a dois anos; então, o próprio governo vem apontando insustentabilidade fiscal." Coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, Silvia Matos observou que o Brasil ainda está crescendo muito acima do potencial e tem déficit primário (saldo negativo entre a arrecadação e as despesas do governo, fora juros), além de dívida elevada e ascendente.

Em sua avaliação, a expectativa é de uma desaceleração no consumo das famílias, embora no início do ano haja o reajuste do salário mínimo e o governo venha adotando medidas para acelerar o consumo. "Então, temos visão um pouco cautelosa sobre o ritmo (de consumo) das famílias, porque mostra o quanto a demanda do Brasil está pressionada, e isso se reflete em mais ou menos **inflação**." Apesar disso, Senna afirma que o Banco Central (BC) terá de pausar o ciclo de aperto monetário depois de maio "e dizer que não pode botar o juro em 17%, 18%". "O BC vai ter de fazer o que bancos centrais do mundo fizeram no pós-pandemia: elevar juros (até certo ponto) e dizer: "Fiz o que dá para fazer, os juros estão em território restritivo e, com isso, vou conseguir a convergência da **inflação**", disse.

Freio

Para economistas, atos de Trump devem levar à desaceleração da economia global

"O BC terá de dizer que não pode botar o juro em 17%, 18%... como os bancos centrais fizeram no pós-pandemia"

José Júlio Senna Centro de Estudos Monetários Ibre/FGV

"Há um processo de desaceleração (do **PIB**) que até certo ponto surpreendeu. Mas a **inflação** segue alta"

Armando Castelar Pesquisador do Ibre/FGV

"O Brasil ainda está crescendo muito acima do seu potencial, com a demanda pressionada, e isso se reflete em mais **inflação**"

Silvia Matos Coordenadora do Boletim Macro Ibre/FGV

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gleisi anuncia projeto que muda isenção do IR

Estevão Taiar e Ruan Amorim De Brasília

A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou na quinta-feira que o governo federal apresentará na semana que vem o projeto de lei que isenta da cobrança do Imposto de Renda (IR) as pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil por mês. Além disso, ela descartou a apresentação de novas medidas de corte de gastos, além das divulgadas pelo governo federal no fim do ano passado. As declarações foram dadas depois de reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foi a primeira reunião de Gleisi com um titular de ministério desde que ela assumiu a pasta no começo da semana.

"Vim conversar com o ministro Fernando Haddad exatamente para a gente acertar a tramitação dessas pautas do Congresso", afirmou na saída da Fazenda.

Entre as "pautas muito importantes na área de economia", ela citou a medida provisória (MP) do crédito consignado, apresentada ontem, a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil e os projetos que limitam os supersalários do funcionalismo público e realizam mudanças nas regras de aposentadorias dos militares.

"Na semana que vem nós vamos apresentar o projeto da isenção do Imposto de Renda", disse, afirmando que o Ministério da Fazenda está trabalhando nos detalhes finais das medidas de compensação fiscal. Ela também disse que está "acertando a agenda com o presidente" Luiz Inácio Lula da Silva para enviar a proposta ao Congresso.

Gleisi descartou, no entanto, a apresentação de novas medidas para reforçar o arcabouço fiscal.

"Nós fizemos já as medidas de ajuste fiscal no fim do ano [passado], que foram importantes", disse, afirmando que o governo federal entregou um "resultado fiscal relevante" em 2024.

Conforme divulgado em janeiro pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o governo central terminou o ano passado com déficit primário de R\$ 11 bilhões, o equivalente a 0,09% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A meta de era de déficit zero, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto do **PIB**, para cima ou para baixo, ou aproximadamente R\$2 8,8 bilhões.

"Agora o foco são nas medidas que falei", afirmou a ministra.

Ela ainda disse que a redução de R\$ 7,7 bilhões do orçamento previsto para o Bolsa Família para este ano será revertida ao longo de 2025. "Isso não mexe em nada com os beneficiários", afirmou. "Foi um ajuste que tivemos que fazer para ter o espaço fiscal para outros programas, mas que vai se recuperando ao longo do ano."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1§ion=1>

Brasil negocia cotas para driblar tarifas de Trump (Editorial)

Aço e alumínio são alvos preferenciais intermitentes dos Estados Unidos em suas relações comerciais com o Brasil. Com Donald Trump no comando da maior economia do mundo, não foi diferente, embora a sanção aplicada tenha sido drástica-25% de tarifa de importação - e generalizada, envolvendo todos os principais fornecedores desses produtos. Antes de Trump, medidas dessa natureza visavam a proteger a produção doméstica de exportadores competitivos, agressivos e/ou altamente subsidiados. Com Trump, visam simplesmente a barrar a entrada de produtos estrangeiros, com o intuito de forçar os exportadores a produzirem em solo americano. Não faz sentido e não vai dar certo.

Os EUA produzem cerca de 90 milhões de toneladas de aço e importam de 20% a 25% do consumo doméstico. A indústria siderúrgica do país deixou de ser competitiva, e, com o aumento drástico dos preços dos importados, não conseguirá suprir localmente a demanda. O país terá caminho livre para aumentar seus preços até o limite da tarifa, com a qual pretende manter os competidores em desvantagem. O Brasil foi em 2024 o segundo maior exportador de aços semiacabados para os EUA, com 4,1 milhões de toneladas, com receita de US\$ 4,67 bilhões. O maior fornecedor americano, o Canadá, vendeu 6 milhões de toneladas no ano passado.

Isoladamente, os efeitos da tarifa americana sobre esses produtos não são muito relevantes, embora ela atinja fortemente os produtores brasileiros. Segundo cálculos do Ipea, o Brasil pode deixar de faturar com a barreira tarifária US\$ 1,5 bilhão. As exportações totais do país cairiam 0,03%, e o PIB, 0,01%. Não se trata só de perdas e danos, mas, como qualificou o governo brasileiro, de medida "injustificada e equivocada", tomada unilateralmente por um tradicional parceiro comercial brasileiro.

O Brasil, corretamente, resolveu adiar reações ao início da vigência de restrições, na quarta-feira, e apostar na via da negociação. A melhor linha de resistência foi a defesa de cotas, com a qual o aço brasileiro garantiu, livre de tarifas, vendas de 3,5 milhões de toneladas de aços semiacabados e 687 mil toneladas de aços laminados, em 2018, no primeiro mandato de Trump. A cota seria um meio termo aceitável, pois permitiria aos EUA dosar com precisão as fatias de importações necessárias que não

poderiam ser atendidas pela oferta doméstica.

Ao estabelecer a mesma sanção para todos os grandes exportadores, Trump poderá escolher quem serão seus fornecedores favoritos. Não está claro, talvez nem para o próprio Trump, como fazer isso. Acordo comercial como o que tem com o Canadá e o México daria a resposta natural, mas o presidente americano só o respeita quando lhe convém. O fato de os EUA terem superávit comercial com o Brasil seria, em tese, uma vantagem brasileira no caso.

Mas a guerra comercial está apenas começando, e a sequência prometida para abril pode trazer dissabores ainda maiores ao Brasil. Trump promete "reciprocidade" no tratamento a parceiros comerciais- mesmas tarifas aplicadas pelos EUA que as incidentes sobre importações americanas nos países exportadores. Como a tarifa média americana é uma das menores do mundo, pouco mais de 3%, e a do Brasil, uma das maiores (quase 13%), há espaço para perda de competitividade generalizada da pauta brasileira, se a medida for aplicada. Uma ressalva: apesar de a tarifa média nominal do Brasil ser alta, se olhada a tarifa efetivamente praticada sobre as importações americanas, ela é de 2,7%, segundo a Amcham.

Por outro motivo - a lei antidesmatamento europeia -, o PL 2088/23, com substitutivo da relatora, a senadora Tereza Cristina (PP), ex-ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, pegou carona na guerra tarifária de Trump e ganhou agilidade no Senado. Patrocinado pela bancada ruralista, o texto original exigia que países exportadores para o Brasil tivessem de cumprir padrões ambientais equivalentes aos brasileiros, no caso de imposição de "restrições ambientais, de qualquer ordem, ao comércio internacional".

Tereza Cristina argumentou, com razão, que tal tratamento equivalia ao que a UE estava dispensando aos demais países com sua legislação "protecionista". O conserto proposto é menos esdrúxulo e mais punitivo. Estabelece a possibilidade de suspensão de "concessões comerciais, investimentos e direitos de propriedade intelectual de países que imponham restrições ambientais unilaterais". A lei seria aplicada quando outros países interferissem "nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil" por medidas comerciais unilaterais e quando estas tivessem por

base requisitos ambientais "mais onerosos do que os parâmetros, normas e padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil". Não é muito diferente do que Trump está fazendo com seus parceiros comerciais.

O Brasil já tem sistemas de defesa comercial, que sempre podem ser aperfeiçoados, mas o projeto de lei como está, além de sacramentar o pífio padrão de cumprimento das normas ambientais vigentes como norma de comércio com outros países, ainda retira a flexibilidade existente para se negociar disputas comerciais. É dispensável para um país que sempre foi muito protecionista.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1§ion=1)**

O que Trump significa para a AL e a África (Artigo)

Por Kenneth Rogoff

Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do FMI, é professor de economia e políticas públicas na Universidade de Harvard e vencedor do Prêmio Deutsche Bank 2011 em economia financeira. É autor (com Carmen M. Reinhart) de "Destas vezes é Diferente: Oito Séculos de Loucura Financeira". Copyright: Project Syndicate, 2025. www.project-syndicate.org

Enquanto a atenção do mundo está voltada para as políticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para a Europa, China e Rússia, seu impacto na África e na América Latina poderia ser tão profundo quanto. Meu próximo livro "Our Dollar, Your Problem" (Nosso dólar, seu problema, em inglês), provavelmente encontrará ressonância nas economias emergentes e em desenvolvimento, para as quais as políticas governamentais dos EUA há muito são uma força além de seu controle, e da qual não conseguem escapar.

No livro, examino a extraordinária corrida do dólar no pós-guerra e o que sua atual força nos conta sobre o futuro das finanças mundiais. No curto prazo, um cenário de caos calculado parece inevitável. No entanto, embora os impactos da atual força do dólar ainda sejam incertos, as consequências das políticas de Trump - em especial, seu recuo nos compromissos de auxílio internacional dos EUA - são imediatas e têm alta abrangência, uma vez que os países dependentes de ajuda já sentem a pressão.

A África tem sido particularmente atingida. O primeiro alvo do czar do Departamento de Eficiência Governamental, Elon Musk, foi a Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) dos EUA, que vinha sendo a pedra angular da ajuda externa americana desde o início dos anos 1960. Como uma das maiores financiadoras de iniciativas mundiais de saúde - desde medicamentos antimalária até tratamentos contra a aids -, a Usaid desempenhou um papel indispensável na melhoria da saúde pública no mundo em desenvolvimento.

Embora os programas da Usaid não estejam livres de falhas, o orçamento de US\$ 40 bilhões da agência (menos de 1% dos gastos federais) vinha sendo uma forma, eficiente em termos de custos, de ajudar os mais pobres e de promover os interesses dos EUA. Os

cortes abruptos e inesperados no financiamento a hospitais e projetos de ajuda não são apenas cruéis e imprudentes, mas também corroem a credibilidade dos EUA, em particular, entre os países africanos.

A decisão de encerrar a Usaid, em vez de reformular suas prioridades de financiamento, faz pouco sentido. Trump justificou a decisão de cortar a ajuda à África do Sul argumentando a existência de suposta inclinação contra os brancos na expropriação de terras, reverberando a afirmação de Musk de que o país adotou "leis racistas de propriedade". Embora a governança sul-africana há tempos seja problemática, é difícil imaginar como um corte abrupto da ajuda direcionada às populações mais vulneráveis resultará em alguma melhora significativa nesse sentido.

Se os EUA fossem o único país a cortar seus programas de ajuda externa, a situação já seria mim o suficiente. No entanto, a insistência de Trump para que a Europa comece a pagar pela própria defesa - uma demanda totalmente razoável - quase certamente levará os governos europeus a redirecionarem fundos para a ajuda externa para proteger seus generosos sistemas de bem-estar social. O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, já anunciou cortes na ajuda, de forma a ter mais espaço para aumentar os gastos militares para 2,5% do **PIB** até 2027.

Há poucas dúvidas de que a China correrá para preencher esse vácuo. Apesar de seus próprios problemas econômicos, o país continua com o forte compromisso de expandir seu acesso aos enormes recursos naturais da África. Na verdade, sua atual desaceleração econômica provavelmente levará o governo chinês a ter uma presença ainda mais forte no continente.

As perspectivas para a América Latina são um pouco mais otimistas. É verdade que a política do governo Trump para a região tem sido, para dizer o mínimo, errática. Além de tentar restabelecer o controle dos EUA sobre o Canal do Panamá e dizer ao México que os EUA não estão vinculados ao acordo de livre comércio negociado por ele próprio em seu primeiro mandato, a guerra tarifária mundial de Trump representa uma ameaça significativa às economias latino-americanas.

Há contudo, um lado positivo: o retorno de Trump à

Casa Branca pode sinalizar uma reorientação mundial mais generalizada à direita. Embora nas economias desenvolvidas a necessidade de tal reorientação seja debatível, na América Latina ela já deveria ter ocorrido há muito tempo. As maiores economias da região - Brasil, México e Argentina - foram um playground para economistas de esquerda durante grande parte do século XXI, em especial nos últimos anos. Os resultados foram desastrosos. O fracasso crônico da América Latina em gerar crescimento econômico sustentado nos últimos 40 anos restringiu gravemente a capacidade dos governos de proporcionar educação e saúde básica e, ainda menos, a de alcançar objetivos mais ambiciosos, como a renda garantida.

O Brasil é um exemplo claro. Durante seus primeiros governos (2003-2011), Luiz Inácio Lula da Silva se beneficiou do boom das commodities e adotou políticas macroeconômicas relativamente conservadoras. No entanto, no mandato atual, seu governo tem enfrentado dificuldades para conter os gastos públicos e controlar a **inflação**. Lula também entrou de forma reiterada em conflito com o Banco Central do Brasil em razão do aumento dos juros, mesmo enquanto a moeda do país atingia mínimas históricas.

A Argentina, por outro lado, é um raro raio de luz. Desde que assumiu o cargo em dezembro de 2023, o presidente libertário Javier Milei conseguiu reduzir a **inflação** de 211,4% para 84,5%, sendo que algumas previsões privadas indicam que a taxa pode chegar a cair para 23% em 2025. Após um breve período de austeridade, também estabilizou a economia, reduziu o tamanho do governo e eliminou o déficit orçamentário - algo que nem governos conservadores anteriores haviam conseguido. O sucesso inicial de Milei traz uma esperança real de que a Argentina, enfim, rompa com seu ciclo de má gestão econômica.

Embora muitos progressistas americanos se incomodem com a estreita relação de Milei com Trump, essa aliança é compreensivelmente comemorada na Argentina. Afinal, quando foi a última vez que um presidente dos EUA - e uma parcela significativa do eleitorado americano - demonstrou tanta admiração por um líder latino-americano? O apoio dos EUA pode fortalecer a posição regional de Milei, potencialmente catalisando uma mudança mais ampla que se distancie dos fracassados experimentos socialistas da América Latina e que inaugure uma era de maior estabilidade econômica.

O apoio dos EUA pode fortalecer a posição regional de Javier Milei, potencialmente catalisando uma mudança mais ampla que se distancie dos fracassados experimentos socialistas da AL e que inaugure uma era de maior estabilidade econômica

(Tradução de Sabino Ahumada)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1§ion=1>

Motta e Alcolumbre vão selar volta do rito das MPs

Caetano Tonet, Gabriela Guido, Murillo Camarotto e Marcelo Ribeiro De Brasília

A conversa deve ocorrer na próxima semana. A expectativa de pessoas próximas de Motta é que ele converse com Alcolumbre assim que conseguir definir o mapa de distribuição das comissões temáticas, marcada por disputas entre partidos. Uma nova reunião está prevista para terça-feira (18).

Alcolumbre voltou à presidência do Senado com a promessa de restabelecer o rito de tramitação das MPs como determina a Constituição. Durante a pandemia, os presidentes das Casas na época assinaram ato conjunto extinguindo a formação de comissões mistas.

Mesmo com o fim da pandemia, discordâncias entre o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), impediram a volta das comissões mistas. O cenário obrigou o governo a encaminhar o conteúdo das MPs através de projetos de lei em regime de urgência, deixando os deputados com a última palavra e os senadores insatisfeitos.

Líderes partidários no Senado tratam o assunto como pacificado. Aliados de Motta, na mesma linha, relataram ao Valor que o paraibano considera o restabelecimento do rito das MPs uma de suas prioridades para o início de seu mandato. Esse teria sido um compromisso dele com partidos da base aliada, entre eles, o PT.

Com a eventual retomada do rito, as comissões mistas voltariam a ser instaladas, e a relatoria seria distribuída de forma alternada entre deputados e senadores.

Lideranças ouvidas pelo Valor consideram que as comissões mistas ampliam o debate em torno das MPs e aumentam a visibilidade dos parlamentares. Governistas também são entusiastas dessas mudanças, porque o governo não precisaria mais encaminhar textos que constariam nas MPs por projetos de lei.

De acordo com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o novo rito valerá para MPs editadas pelo Executivo a partir de dezembro. Se essa previsão

se confirmar, temas sensíveis ao governo serão apreciados pelas comissões mistas. Além do consignado privado e da MP do Pix, entram na lista o crédito extraordinário para o Plano Safra e a liberação do **saque-aniversário** do **FGTS**.

Mesmo com a retomada das comissões, ainda há pontos a alinhar entre as duas Casas. Medidas provisórias entram em vigor assim que são editadas, mas precisam ser analisadas pelo Congresso em até 120 dias-prazo de 60 dias, prorrogável por igual período. Desde antes da pandemia, senadores se queixam de que MPs chegam da Câmara com pouco tempo para serem apreciadas. A Constituição prevê que os deputados enviem o texto para senadores no 42º dia de vigência, mas esse prazo é descumprido muitas vezes.

"Essa queixa [sobre o prazo] é histórica, não é de agora. E eu registrei para a Gleisi [Hoffmann, ministra da articulação política]", afirma Wagner, que pontua que a questão pode ser influenciada pelos estilos de negociação dos novos presidentes do Legislativo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188139?page=1§ion=1>